

Demonstrações Financeiras

Banco Mizuho do Brasil S.A.

30 de junho de 2026

com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração 1

Resumo do relatório do comitê de auditoria 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 5

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial9 a 10

Demonstração do resultado 11

Demonstração do resultado abrangente.....12

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 13

Demonstração dos fluxos de caixa 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras 15

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 38 países, cujos ativos totais superaram os 294 trilhões de ienes no ano fiscal 2025 (março de 2026).

O Banco Mizuho do Brasil S.A. é um banco múltiplo com autorização para operar com carteiras comercial e de investimento; atua como banco de atacado no mercado local. Atende empresas de várias nacionalidades e setores e oferece uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros.

A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais:

- a) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando-os em suas operações comerciais no Brasil. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos - capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - hedge de moedas (swap de moedas e opções) e swap de juros.
- b) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do Grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos.

O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo Mizuho no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho.

Evolução dos números

Em 30 de junho de 2026, o Banco atingiu R\$15.033 milhões em ativos (R\$ 16.035 milhões em 31 de dezembro de 2025), representados substancialmente por ativos financeiros ao custo amortizado, no montante de R\$ 9.940 milhões (R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2025).

Destacamos que os ativos financeiros representados ao custo amortizado foram submetidos ao teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros), que verifica se os fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, conforme os requisitos estabelecidos e detalhados pela Resolução CMN nº 4.966/2021, Resolução BCB nº 352/2023 e demais regulamentações decorrentes da referida norma.

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2026 atingiu o valor de R\$ 1.334 milhões (1.293 milhões em 31 de dezembro de 2025) e o lucro líquido do Banco no 1º semestre de 2026 foi de R\$ 40 milhões (R\$ 66 milhões em 30 de junho de 2025).

Gerenciamento de Risco

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de Referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhogroup.com/americas/brazil/financial/risk

Política de Equidade

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 15.177/2025, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de indicadores relacionados a política de equidade, o Banco divulgará anualmente o Relatório de Equidade Salarial, o qual evidencia sua prática de remunerar de forma equitativa homens e mulheres que desempenhem funções equivalentes.

As informações estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco:
www.mizuhogroup.com/americas/brazil/financial?tab=Salarial

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, o Banco Mizuho do Brasil S/A (BMB ou Banco) o Comitê de Auditoria (Comitê) está operacional desde março de 2026.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna, das áreas responsáveis pela Contabilidade, Riscos, Compliance & Controles Internos, Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo, e Jurídico.

A partir dessas informações o Comitê desenvolveu suas próprias análises e emitiu este relatório.

Atividades do Comitê

O Comitê exerce suas atividades de forma independente e supervisiona assuntos relacionados à auditoria e relatórios financeiros, focando especificamente na avaliação e revisão da:

(i) a integridade das demonstrações financeiras, comunicados formais e divulgações relacionadas com o desempenho financeiro

(ii) a efetividade do processo de Auditoria interna;

(iii) a efetividade do processo de Auditoria Externa;

(iv) outros assuntos que possam ser encaminhados pelo Banco ou exigidos pela regulamentação.

O Comitê é formado por três membros, sendo um interno e dois externos, eleitos e aprovados conforme requerido pela regulamentação em vigor.

Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, ao longo do primeiro semestre de 2026, com os Administradores do Banco e com representantes de áreas mutuamente acordados, de tal forma que o Comitê pudesse executar suas atividades e, baseado nas informações recebidas, emitir este relatório.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A partir das informações e relatórios recebidos da Direção do Banco e das respectivas áreas, além das reuniões destes com o Comitê realizadas no período, o Comitê considerou que os controles, políticas e procedimentos relacionados a Controles Internos e Gestão de Riscos são adequados a estrutura do Banco.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

Na avaliação do Comitê as atribuições e responsabilidades e os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, regulamentares e operacionais estão definidos e são observados de acordo com as orientações corporativas.

Auditoria Interna

O Comitê recebeu, analisou e discutiu o plano de auditoria para o ano fiscal de 2026, assim como o resultado das auditorias realizadas no primeiro semestre de 2026, seus resultados e situação atual dos aspectos levantados.

O Comitê considera que os trabalhos, escopo e plano de auditoria são adequados e suficientes para a estrutura do Banco.

Auditoria externa

O Comitê reuniu-se com os Auditores Externos (ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA “EY”) e discutiu os trabalhos realizados para a elaboração do parecer referente as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026.

Os principais pontos discutidos referem-se as práticas contábeis, o processo de auditoria, as recomendações e apontamentos nos relatórios internos, seleção de amostras e a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê considerou satisfatório as informações fornecidas pela Auditoria Externa.

Não foram mencionadas e não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com Direção e Executivos do Banco, com a Auditorias Interna e com a Auditoria Externa, para análise das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas relativas às demonstrações financeiras de 30 de junho 2026.

Foram discutidos e revisados os principais aspectos relacionados à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável.

Não existiram divergências significativas entre a Administração do Banco, os Auditores Externos e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras do Banco relativas a 30 de junho de 2026.

Conclusão

O Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Financeiras do Banco Mizuho do Brasil S/A e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2026, são adequados e recomenda à Administração do Banco a aprovação destas Demonstrações Financeiras. Esta conclusão leva em conta os fatores listados a seguir:

- O fato de que as referidas demonstrações financeiras foram elaborados conforme a regulamentação vigente, especialmente as emitidas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, e práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Considerando as atividades do Comitê, suas responsabilidades, as limitações inerentes a sua atuação e baseado nas informações recebidas da Instituição, da Auditoria Interna e da Auditoria Externa.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e aos administradores do

Banco Mizuho do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Avaliação de ativos financeiros – Títulos e valores mobiliários

Conforme apresentado na nota explicativa nº 5, em 30 de junho de 2026 o Banco possuía uma carteira de títulos e valores mobiliários mensurada ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, no montante total de R\$ 5.894.773 mil. Considerando a materialidade no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, a carteira de títulos e valores mobiliários foi considerada um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas do Banco para a classificação e mensuração dos ativos financeiros; (ii) o entendimento dos controles chaves referentes ao processo de registro e precificação dos títulos e valores mobiliários; (iii) a conciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (iv) a análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras do Banco. Adicionalmente, realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência dos itens selecionados na amostra, por meio da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes; (ii) reprecificação independente da mensuração dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a categoria de classificação dos ativos financeiros.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a posição de Títulos e Valores Mobiliários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria do Banco, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir



Shape the future
with confidence

a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão



Shape the future
with confidence

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC SP-301194/O

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	3b	44.111	12.115
Ativos financeiros:		14.014.156	15.111.238
Ao custo amortizado		9.940.484	11.313.853
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.004.475	4.254.952
Títulos e valores mobiliários	5	2.639.523	3.442.036
Operações de crédito	7	3.296.486	3.616.865
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		3.193.064	3.163.929
Títulos e valores mobiliários	5	3.193.064	3.163.929
Ao valor justo por meio do resultado		880.608	633.456
Títulos e valores mobiliários	5	62.186	58.573
Instrumentos financeiros derivativos	6	818.422	574.883
Outros ativos		864.762	771.587
Negociação e intermediação de valores	6d	6.513	32.049
Relações interfinanceiras		1.127	1.341
Rendas a receber		5.961	3.134
Outros ativos diversos	8	844.271	727.591
Ativo fiscal corrente		3.961	3.793
Despesas antecipadas		2.929	3.679
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3e	(29.184)	(8.278)
Ativo fiscal diferido	15b	135.670	144.335
Outros investimentos		113	113
Imobilizado de uso		3.512	3.684
Ativo intangível		30	49
Total do ativo		15.033.170	16.034.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Balanço patrimonial--Continuação
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivo e patrimônio líquido			
Passivos financeiros:		13.185.489	13.943.171
Ao custo amortizado		12.505.201	13.344.432
Depósitos	9	2.845.256	2.636.695
Captações no mercado aberto	10	1.815.015	2.175.736
Obrigações por empréstimos	11	7.844.930	8.532.001
Ao valor justo por meio do resultado		680.288	598.739
Instrumentos financeiros derivativos	6	680.288	598.739
Outras Obrigações		136.446	408.628
Negociação e intermediação de valores	6d	16.482	189.201
Obrigações fiscais correntes	12	39.376	55.396
Obrigações estatutárias	14b	-	91.412
Obrigações diversas	13a	80.588	72.619
Provisões para contingências	13b	214.522	209.483
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3e e18a	939	564
Passivo fiscal diferido	15b	162.174	179.624
Patrimônio líquido		1.333.600	1.293.373
Capital social	14a	802.539	802.539
Reservas de lucros		492.268	490.253
Outros resultados abrangentes	14c	507	581
Lucros acumulados		38.286	-
Total do passivo e patrimônio líquido		15.033.170	16.034.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		995.889	992.897
Operações de crédito		117.193	92.469
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	201.558	288.722
Resultado de títulos e valores mobiliários	5b	390.228	503.053
Rendas de outras operações com características de crédito		39.608	39.709
Resultado de ajuste de variação cambial	18g	247.302	68.944
Despesas da intermediação financeira		(848.137)	(814.841)
Operações de captações	9 e 10	(267.064)	(333.910)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos	6g	(470.696)	(430.013)
Obrigações por empréstimos	11	(89.096)	(49.635)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3e	(21.281)	(1.283)
Resultado bruto da intermediação financeira		147.752	178.056
Outras receitas (despesas) operacionais		(63.958)	(48.797)
Receitas de prestação de serviços	18b	31.086	47.597
Despesas de pessoal	18c	(51.993)	(49.675)
Outras despesas administrativas	18d	(28.156)	(39.008)
Despesas tributárias		(11.871)	(3.430)
Outras receitas operacionais	18e	9.051	6.414
Outras despesas operacionais	18f	(12.075)	(10.695)
Resultado operacional		83.794	129.259
Outras receitas e despesas		(5)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		83.789	129.259
Imposto de renda e contribuição social	15a	(41.568)	(60.929)
Imposto de renda corrente		(26.304)	(28.876)
Contribuição social corrente		(22.276)	(23.402)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.012	(8.651)
Participações dos empregados no lucro		(1.920)	(1.698)
Lucro líquido do semestre		40.301	66.632
Lucro líquido por ação - R\$		18,87	31,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	40.301	66.632
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	(74)	406
Ativos financeiros VJORA	(76)	441
Ajuste ao valor de mercado	(144)	842
Efeito tributário	68	(401)
Risco de crédito próprio	2	(35)
Risco de crédito próprio	4	(65)
Efeito tributário	(2)	30
Total do resultado abrangente	40.227	67.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	737.514	65.025	37.831	368.040	108	-	1.208.518
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	-	-	-	43	(2.392)	(2.349)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	737.514	65.025	37.831	368.040	151	(2.392)	1.206.169
Integralização de capital	65.025	(65.025)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	441	-	441
Risco de crédito próprio	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	66.632	66.632
Constituição da reserva de lucros	-	-	3.332	-	-	(3.332)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	802.539	-	41.163	368.040	557	60.908	1.273.207
Saldos em 31 de dezembro de 2025	802.539	-	47.393	442.860	581	-	1.293.373
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(76)	-	(76)
Risco de crédito próprio	-	-	-	-	2	-	2
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	40.301	40.301
Constituição da reserva de lucros	-	-	2.015	-	-	(2.015)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	802.539	-	49.408	442.860	507	38.286	1.333.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre		40.301	66.632
Ajustes ao lucro líquido		16.499	14.022
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3e	21.281	1.283
Provisão para Imposto de renda e contribuição social diferidos	15a	(7.012)	8.651
Provisão para PIS e COFINS diferidos	15b	(1.706)	-
Depreciações/Amortizações	18d	622	672
Provisão, reversão e atualização monetária para contingências	13d	5.099	4.955
Atualização monetária de depósitos judiciais	18e	(3.705)	(3.237)
Provisão para PLR		1.920	1.698
Variações em ativos e passivos:		(322.009)	(2.210.554)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		44.253	(48.449)
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		607.635	(290.838)
(Aumento) / redução em operações de crédito		320.379	(460.711)
(Aumento) / redução em outros ativos		(94.139)	118.877
(Aumento) / redução em despesas antecipadas		750	(272)
(Aumento) / redução em outra relações interfinanceiras e interdependências		214	(47.989)
Aumento em depósitos		208.561	458.733
(Redução) em obrigações por empréstimos		(687.071)	(1.823.007)
(Redução) em Captações no mercado aberto		(360.721)	(271.736)
Aumento / (redução) em outras obrigações		(361.810)	185.089
Aumento / (redução) em contingências		60	(30.251)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais		(265.209)	(2.129.900)
Atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso		(431)	(2)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(431)	(2)
Atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre capital próprio	14b	91.412	-
Caixa líquido originado em atividades de financiamentos		91.412	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(174.228)	(2.129.902)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3b	4.128.858	5.754.481
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa		(1.327)	(16.894)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	3b	3.955.957	3.641.473
Aumento (redução) em equivalentes de caixa		(174.228)	(2.129.902)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco") é um banco múltiplo, sediado na avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041 em São Paulo capital, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. É controlado diretamente pelo Mizuho Bank, Ltd., cujo controlador final é o Mizuho Financial Group, Inc., ambos sediados na Cidade de Tóquio no Japão. O Mizuho Financial Group está listado nas Bolsas de Valores de Tóquio e Nova Iorque.

O Banco tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. Realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estreita observância das normas e regulamentações locais.

O Banco se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do Grupo Mizuho, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/09 e Resolução CMN Nº 4.966/2021, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração utilize-se de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – continuação

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversas normas e interpretações as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Pronunciamento CPC

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
CPC 01 (R1)-Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 02 (R2)-Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
CPC 03 (R2)-Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 04 (R1)-Ativo Intangível
CPC 05 (R1)-Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 06 (R2)-Arrendamentos
CPC 10 (R1) -Pagamento Baseado em Ações
CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24-Evento Subsequente
CPC 25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 27-Ativo Imobilizado
CPC 33 (R1)-Benefícios a Empregados
CPC 41-Resultado por Ação
CPC 46-Mensuração do Valor Justo
CPC 47-Receita de Contrato com Cliente

Resoluções

CMN nº 4.924/2021
CMN nº 4.924/2021

CMN nº 4.524/2016
CMN nº 4.818/2020
CMN nº 4.524/2016
CMN nº 4.818/2020
CMN nº 4.975/2021
CMN nº 3.989/2011
CMN nº 4.924/2021
CMN nº 4.818/2020
CMN nº 3.823/2009
CMN nº 4.535/2016
CMN nº 4.877/2020
CMN nº 4.818/2020
CMN nº 4.924/2021
CMN nº 4.924/2021

Adoção de novas normas

I – Resolução CMN n 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de sustentabilidade quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações relacionadas a sustentabilidade a partir do exercício de 2025. O Banco está avaliando os impactos desta norma, que surtirá efeitos para o Banco em 01 de janeiro de 2028.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de agosto de 2026.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os valores estão apresentados abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025
Caixa e equivalentes de caixa	3.955.957	4.128.858	3.641.473
Disponibilidades	44.111	12.115	27.622
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4a)	3.854.993	3.835.982	3.609.988
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4b)	56.853	14.997	3.863
Aplicações em depósitos de moeda estrangeira (Nota 4c)	-	265.764	-

c) Instrumentos Financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorre tanto pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pelo Banco, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como: i) custo amortizado, ii) valor justo no resultado ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes. Pela Resolução CMN nº 4.966/2021 há outras possibilidades de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições.

O Banco opera com carteiras comercial e de investimento e realizou a análise dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

- **Custo amortizado:** São aqueles instrumentos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter tais ativos com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, ou seja, que tenham atendido aos critérios do Teste SPPJ.

Os demais instrumentos cujas características de seus fluxos de caixa indicarem a existência de outros componentes relevantes fora o principal e juros e, portanto, não atenderem ao critério de acordo básico de pagamento, devem ser classificados a valor justo;

- **Valor justo em outros resultados abrangentes:** instrumentos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais bem como pela sua venda, com a efetiva transferência substancial de riscos e benefícios, salvo se as características de seus fluxos indicarem que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização;

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

- Os demais instrumentos financeiros são classificados como valor justo no resultado.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, valor pelo qual o passivo financeiro foi reconhecido inicialmente, acrescido do valor dos encargos incorridos e deduzido do valor das despesas eventualmente geradas e das parcelas pagas, e aqueles vinculados aos instrumentos derivativos ou quando a designação ao valor justo é aplicada, são mensurados a valor justo no resultado como, por exemplo, *hedge accounting*.

Os custos de aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo devem ser reconhecidos como despesa no período em que ocorrerem.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro, operações de câmbio e operações de “*swap*” são contabilizadas de acordo com os seguintes critérios:

Operações de câmbio - os contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira com liquidação pronta e futura são registrados pelo valor justo e o valor do ajuste a mercado registrados como receita ou despesa.

Operações a termo e Swap - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço;

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;

Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;

Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço.

De acordo com a Circular 3.082/2002, do Banco Central do Brasil, há três categorias de hedge contábil: hedge de risco de mercado, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento no exterior. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como hedge contábil, estão classificadas como hedge de risco de mercado.

As operações classificadas como hedge de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de hedge.

Através da Resolução nº 4.924/21 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46) a partir de 1º de janeiro de 2022.

Mensuração do risco de crédito próprio do Banco (Derivativos Passivos)

O Banco registra contabilmente ajustes decorrentes da parcela de variação do valor justo de passivo financeiro derivativo, mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações do risco de crédito próprio do Banco.

A parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de crédito próprio do Banco é reconhecida como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

d) Operações de crédito

As operações de crédito são passíveis de perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021. O Banco constitui provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos, com base em percentuais mínimos considerando o número de meses de atraso contados a partir do mês do inadimplemento e conforme a classificação desses ativos financeiros por tipo de modalidade e garantia (“C1” menor risco e “C5” maior risco).

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O modelo de avaliação para constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros, considera um escopo de aplicação mais amplo do que o modelo anteriormente utilizado.

Nesse sentido, os ativos financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, valor justo no resultado, para aqueles ativos financeiros com atraso acima de 90 dias, valor justo em outros resultados abrangentes, bem como, as exposições a garantias financeiras prestadas e demais exposições ao risco de crédito, registradas em contas contábeis de controle, passam a ser elegíveis a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em estágios (1 a 3) e carteiras (C1 a C5).

A constituição de provisão ocorre em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Por fim, o Banco não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão considera como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

financeiros.

A provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito se baseia na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão será baseada na expectativa de perdas nos próximos 12 meses (PE de 12 meses). Além disso, como adequação à norma, foi incorporado no cálculo o impacto de cenários macroeconômicos e informações prospectivas (Fator *Forward Looking*), permitindo capturar a influência de variáveis externas no comportamento de inadimplência da carteira.

O Banco estabeleceu como política avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente durante o período, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro, e refletir, se necessário, tal avaliação no processo de apuração da provisão para perdas esperadas.

Classificação de instrumentos financeiros por estágios

Baseado no processo acima, o Banco distribui seus instrumentos financeiros em estágios, conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros não tenham um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, ou quando as operações apresentaram melhora em seus riscos de crédito e forem reclassificadas do segundo estágio;

Estágio 2: quando um instrumento financeiro demonstrar aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem. O segundo estágio também incluirá operações com melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do terceiro estágio;

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos).

Metodologia de estimativa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Para renegociações não caracterizadas como reestruturação, o Banco reavalia o instrumento de acordo com as novas condições contratuais, para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

O Banco calcula as perdas esperadas associadas ao risco de crédito para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo da perda esperada são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (probability of default - PD): é uma estimativa da probabilidade

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (exposure at default - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada à inadimplência (loss given default - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para calcular o valor presente líquido do instrumento financeiro.

- Fator de impacto do cenário macroeconômico (Fator Forward Looking): é uma estimativa do cenário macroeconômico vigente considerando fatores de mercado que se mostram aderentes à carteira do Banco.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente. Os mecanismos para determinação de perdas esperadas são descritos a seguir:

- **Primeiro estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pelo Banco, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses;

- **Segundo estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pelo Banco, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro, quando este for maior que 12 meses, ou a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses; e

- **Terceiro estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pelo Banco, considerando que o instrumento caracteriza-se como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Em 30 de junho de 2026, há instrumentos financeiros classificados no primeiro e no segundo estágio para provisão da perda esperada associadas ao risco de crédito (em 31 de dezembro de 2025, todos instrumentos financeiros estavam classificados no primeiro estágio).

No semestre, a movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

		30/06/2026		
	nota	Saldo inicial 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Saldo final 30/06/2026
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4b	236	(55)	181
Títulos e valores mobiliários	5a	4.680	(1.847)	2.833
Operações de crédito	7a	3.362	22.808	26.170
Total		8.278	20.906	29.184
Passivo				
Compromisso de crédito a liberar	18a	-	54	54
Garantias financeiras prestadas	18a	564	321	885
Total		564	375	939
Total geral		8.842	21.281	30.123

		30/06/2025			
	nota	Saldo inicial	Efeito da transição para a Res. CMN 4.966/2021	Constituição / (reversão)	Saldo final
Ativo					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4b	-	326	(169)	157
Títulos e valores mobiliários	5a	-	3.615	1.157	4.772
Operações de crédito	7a	1.065	(9)	190	1.246
Total		1.065	3.932	1.178	6.175
Passivo					
Compromissos de crédito a liberar	18a	153	(120)	33	66
Garantias financeiras prestadas	18a	72	31	72	175
Total		225	(89)	105	241
Total geral		1.290	3.843	1.283	6.416

f) Imobilizado e intangível

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%.

O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20%.

g) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

Em 30 de junho de 2026, não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por impairment.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 para o semestre e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de “Ativos fiscais diferidos” e “Obrigações fiscais diferidas”. O reconhecimento dos ativos fiscais e as obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

k) Lucro por ação

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foi calculado com base no número de ações em circulação.

l) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. De acordo com os critérios internos de avaliação, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente, por sua vez, corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O valor de resultado recorrente e não recorrente está apresentado na nota 21.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas

	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	199.997	999.982
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.554.999	2.836.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.099.997	-
Total posição bancada (nota 3b) (vencimento até 90 dias)	3.854.993	3.835.982

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez de operações compromissadas no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi R\$ 189.947 (R\$ 280.439, em 30 de junho de 2025).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	30/06/2026	31/12/2025
Até 90 dias (nota 3b)	56.853	14.997
De 91 a 365 dias	84.750	127.468
Acima de 365 dias	7.879	10.741
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	149.482	153.206

O resultado com depósitos interfinanceiros no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi R\$ 11.179 (R\$ 7.239, em 30 de junho de 2025). Em 30 de junho de 2026, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é de R\$ 181 (R\$ 236 em 31 de dezembro de 2025).

c) Aplicações em depósitos de moeda estrangeira

Em 30 de junho de 2026, não há saldo de aplicações em depósito de moeda estrangeira (nota 3b e 16b), o saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 265.764 e estava mantido junto ao Mizuho Bank, Ltd – New York.

O resultado com aplicações em depósito de moeda estrangeira no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi R\$ 432 (R\$ 1.044, em 30 de junho de 2025).

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	30/06/2026			
	Valor de custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Custo amortizado:	2.653.332	(13.809)	2.639.523	(2.832)
Carteira própria	943.388	(46.314)	897.074	(1.193)
Debêntures	230.637	-	230.637	(145)
Nota comercial	207.911	-	207.911	(555)
Letra financeira	504.840	(46.314)	458.526	(493)
Vinculados a compromisso de recompra	1.709.944	32.505	1.742.449	(1.640)
Debêntures	86.430	-	86.430	(54)
Letra financeira	1.623.514	32.505	1.656.019	(1.586)
Valor justo em outros resultados abrangentes:	3.191.706	1.358	3.193.064	-
Carteira própria	971.019	1.183	972.202	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	942.043	1.183	943.226	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	28.976	-	28.976	-
Vinculados à prestação de garantias	2.220.687	175	2.220.862	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.147.913	936	2.148.849	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	72.774	(761)	72.013	-
Valor justo no resultado:	61.378	808	62.186	-
Carteira própria	61.378	808	62.186	-
Ações	9.390	808	10.198	-
Fundo Garantia em Liquidação – FLCB (i)	51.988	-	51.988	-
Total	5.906.416	(11.643)	5.894.773	(2.833)

	31/12/2025			
	Valor de custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Custo amortizado:	3.444.862	(2.826)	3.442.036	(4.680)
Carteira própria	1.375.081	2.219	1.377.300	(2.552)
Debêntures	310.044	-	310.044	(184)
Nota comercial	409.200	517	409.717	(1.638)
Letra financeira	655.837	1.702	657.539	(730)
Vinculados a compromisso de recompra	2.069.781	(5.045)	2.064.736	(2.128)
Debêntures	202.641	-	202.641	(120)
Letra financeira	1.814.958	(5.041)	1.809.917	(2.008)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	52.182	(4)	52.178	-
Valor justo em outros resultados abrangentes:	3.164.003	(74)	3.163.929	-
Carteira própria	1.185.982	(321)	1.185.661	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.185.982	(321)	1.185.661	-
Vinculados à prestação de garantias	1.978.021	247	1.978.268	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.586.912	1.081	1.587.993	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	391.109	(834)	390.275	-
Valor justo no resultado:	58.010	563	58.573	-
Carteira própria	58.010	563	58.573	-
Ações	9.390	563	9.953	-
Fundo Garantia em Liquidação – FLCB (i)	48.620	-	48.620	-
Total	6.666.875	(2.337)	6.664.538	(4.680)

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e ajustados ao valor de mercado são aqueles designados a *hedge accounting*, uma vez que esses instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* devem ser ajustados a valor de mercado.

- (i) O valor do Fundo Garantia em Liquidação já é representado pelo seu valor de mercado, conforme legislação aplicável, de forma que os valores do custo amortizado e o contábil são o mesmo, não havendo ajuste ao valor de mercado.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a composição da carteira, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo, estão demonstrados abaixo:

30/06/2026			
	Nível 1	Nível 3	Total
Valor justo em outros resultados abrangentes	3.193.064	-	3.193.064
Valor justo no resultado	51.988	10.198	62.186
Total	3.245.052	10.198	3.255.250

31/12/2025			
	Nível 1	Nível 3	Total
Valor justo em outros resultados abrangentes	3.163.929	-	3.163.929
Valor justo no resultado	48.620	9.953	58.573
Total	3.212.549	9.953	3.222.502

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além de preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve transferência entre categorias (no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve transferência de parte da posição de Letra Financeira classificada como custo amortizado para Valor justo em outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 258.480. No mesmo período estes títulos foram vendidos, gerando um lucro de R\$ 215).

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

b) Composição por prazo de vencimento

30/06/2026				
	sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Custo amortizado:	-	730.684	1.908.839	2.639.523
Carteira própria	-	422.743	474.331	897.074
Debêntures	-	81.028	149.609	230.637
Nota comercial	-	-	207.911	207.911
Letra financeira	-	341.715	116.811	458.526
Vinculados a compromisso de recompra	-	307.941	1.434.508	1.742.449
Debêntures	-	76.039	10.391	86.430
Letra financeira	-	231.902	1.424.117	1.656.019
Valor justo em outros resultados abrangentes:	-	1.704.710	1.488.354	3.193.064
Carteira própria	-	329.974	642.228	972.202
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	329.974	613.252	943.226
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	28.976	28.976
Vinculados à prestação de garantias	-	1.374.736	846.126	2.220.862
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.374.736	774.113	2.148.849
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	72.013	72.013
Valor justo no resultado:	62.186	-	-	62.186
Carteira própria	62.186	-	-	62.186
Ações	10.198	-	-	10.198
Fundo Garantia em Liquidação – FLCB	51.988	-	-	51.988
Total	62.186	2.435.394	3.397.183	5.894.773

31/12/2025				
	sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Custo amortizado:	-	1.484.813	1.957.223	3.442.036
Carteira própria	-	599.011	778.289	1.377.300
Debêntures	-	92.761	217.283	310.044
Nota comercial	-	201.249	208.468	409.717
Letra financeira	-	305.001	352.538	657.539
Vinculados a compromisso de recompra	-	885.802	1.178.934	2.064.736
Debêntures	-	29.924	172.717	202.641
Letra financeira	-	803.700	1.006.217	1.809.917
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	52.178	-	52.178
Valor justo em outros resultados abrangentes:	-	851.437	2.312.492	3.163.929
Carteira própria	-	461.162	724.499	1.185.661
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	461.162	724.499	1.185.661
Vinculados à prestação de garantias	-	390.275	1.587.993	1.978.268
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	1.587.993	1.587.993
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	390.275	-	390.275
Valor justo no resultado:	58.573	-	-	58.573
Carteira própria	58.573	-	-	58.573
Ações	9.953	-	-	9.953
Fundo Garantia em Liquidação – FLCB	48.620	-	-	48.620
Total	58.573	2.336.250	4.269.715	6.664.538

O resultado com títulos e valores mobiliários no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi R\$ 390.228 (R\$ 503.053, em 30 de junho de 2025).

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2026 os títulos classificados como “Valor justo em outros resultados abrangentes” estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, no montante R\$ 490.

Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e os títulos privados encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

6. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Essa política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro do Banco, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas e a conclusão do processo de aprovação de novos produtos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção aos riscos das posições próprias, para gestão do resultado e para soluções às necessidades de nossos clientes. Os principais instrumentos utilizados são operações de swaps, futuros, operações a termo e opções.

Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. A área de Gestão de Riscos define limites específicos para operações em derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Esse limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado dentro do processo global de gestão de riscos. A política de riscos em vigor estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas.

A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz.

Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco celebrou Contratos Globais de Derivativos (“CGDs”) que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005. Tais cláusulas estabelecem a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras com

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na B3. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

Política de hedge

A política de hedge é alinhada aos limites estabelecidos de exposição a riscos. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de hedge contábil, de acordo com a regulamentação vigente.

Conforme o padrão de hedge contábil de risco de mercado utilizado pelo Banco, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI).

Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contraídos na B3, garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de hedge utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta Participante de Liquidação Direta (PLD) na B3, específica para movimentação de posição de hedge, de forma a evitar a compensação ocasionada por contratos das mesmas séries, contraídos para outros fins.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco.

Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de hedge.

Nos casos em que o Banco contrata obrigações de prazos longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de hedge é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descasamento do prazo, agregando-se ao conjunto do hedge direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado.

O monitoramento da efetividade do hedge, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de hedge está dentro do intervalo estabelecido pela regulamentação vigente.

O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

sistema geral de base de dados (*Data Warehouse*).

Apuração do valor de mercado e posições em aberto

A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizado em sistema específico, que constrói as curvas de juros através de processo de interpolação. Basicamente, os modelos matemáticos descontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado.

Apuração do valor de mercado e posições em aberto

As operações com futuros são classificadas no Nível 1 e os demais instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 onde as mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotado (não ajustado), que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente ou indiretamente.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

30/06/2026					
	Ativo	Passivo	Risco de crédito próprio	Passivo Líquido	Posição líquida
Câmbio	14.589	(572.385)	27	(572.358)	(557.769)
Swap	747.019	(64.344)	2	(64.342)	682.677
Forward	56.814	(43.591)	3	(43.588)	13.226
Total	818.422	(680.320)	32	(680.288)	138.134

31/12/2025					
	Ativo	Passivo	Risco de crédito próprio	Passivo Líquido	Posição líquida
Câmbio	5.724	(443.794)	18	(443.776)	(438.052)
Swap	512.141	(127.822)	7	(127.815)	384.326
Forward	57.018	(27.149)	1	(27.148)	29.870
Total	574.883	(598.765)	26	(598.739)	(23.856)

a) Operações de câmbio

	30/06/2026			31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Câmbio comprado						
Liquidação pronta	1.387	(1.573)	(186)	265	(660)	(395)
Liquidação futura	304	(439.159)	(438.855)	155	(348.778)	(348.623)
Câmbio vendido						
Liquidação pronta	12.898	(1.168)	11.730	664	(269)	395
Liquidação futura	-	(130.458)	(130.458)	4.640	(94.069)	(89.429)
Total valor justo	14.589	(572.358)	(557.769)	5.724	(443.776)	(438.052)

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

b) Operações de swap

Categoria	30/06/2026					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
<u>Não "hedge"</u>						
CDI X USD	165.872	172.774	(166.700)	174.385	(167.217)	7.168
CDI X PRE	70.000	72.601	(72.008)	72.878	(71.644)	1.234
CDI X IEN	281.748	292.297	(279.273)	293.712	(277.755)	15.957
PRE X USD	1.286.550	1.336.901	(1.335.948)	1.297.406	(1.320.416)	(23.010)
PRE X CDI	520.000	530.583	(533.159)	519.802	(538.911)	(19.109)
USD X CDI	237.742	255.008	(251.096)	259.945	(257.867)	2.078
<u>"Hedge"</u>						
CDI X IEN	797.266	835.245	(756.680)	836.324	(749.528)	86.796
PRE x IEN	2.749.647	2.895.312	(2.358.890)	2.909.799	(2.298.236)	611.563
Total valor justo	6.108.825	6.390.721	(5.753.754)	6.364.251	(5.681.574)	682.677

Categoria	31/12/2025					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
<u>Não "hedge"</u>						
CDI X USD	201.657	206.329	(208.711)	207.007	(208.840)	(1.833)
CDI X PRE	73.000	75.916	(75.135)	76.721	(74.211)	2.510
PRE X USD	847.825	911.764	(965.748)	877.387	(967.534)	(90.147)
PRE X CDI	520.000	530.552	(533.880)	522.161	(541.535)	(19.374)
USD X CDI	237.742	271.409	(252.254)	283.151	(260.400)	22.751
<u>"Hedge"</u>						
CDI X IPCA	62.192	112.811	(113.937)	112.944	(111.805)	(1.126)
CDI X IEN	720.310	749.619	(703.236)	749.915	(697.056)	52.859
CDI X USD	138.750	149.936	(141.551)	149.909	(141.399)	8.510
PRE x IEN	2.962.668	3.091.536	(2.790.338)	3.146.131	(2.735.955)	410.176
Total valor justo	5.764.144	6.099.872	(5.784.790)	6.125.326	(5.738.735)	384.326

Os Swaps pertencentes à estrutura de *hedge*, são do tipo risco de mercado, com indexadores CDI X IPCA e são instrumentos de *hedge* das Debêntures Incentivadas que estão mensuradas ao custo amortizado, conforme modelo de negócios previsto na Resolução CMN 4.966/2021, e estão mensurados pelo valor de custo amortizado devido às características do objeto vinculado, conforme previsibilidade na Circular 3.082/2002. Em 30 de junho de 2026 não há saldo, e em 31 de dezembro de 2025, do saldo de R\$ 512.685 (nota 5a), o montante de R\$ 113.971 é referente a debêntures incentivadas.

c) Operações de forward

Categoria	30/06/2026					
	Valor	Valor de custo		Valor de mercado		
	referencial	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
<u>Não "hedge"</u>						
USD x BRL	7.067.352	7.027.994	(7.011.667)	6.987.762	(6.974.544)	13.218
EUR x BRL	4.861	4.742	(4.737)	4.693	(4.686)	7
JPY x BRL	51	50	(49)	50	(49)	1
Total valor justo	7.072.264	7.032.786	(7.016.453)	6.992.505	(6.979.279)	13.226

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Categoria	31/12/2025					Líquido
	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Passivo	Valor de mercado Ativo	Passivo	
<u>Não "hedge"</u>						
USD x BRL	5.399.535	5.363.894	(5.337.329)	5.322.694	(5.300.291)	22.403
EUR x BRL	19.180	18.992	(18.684)	18.902	(18.547)	355
JPY x BRL	92.253	90.506	(84.038)	90.499	(83.385)	7.114
CNH X BRL	364	355	(360)	356	(358)	(2)
Total valor justo	5.511.332	5.473.747	(5.440.411)	5.432.451	(5.402.581)	29.870

d) Instrumentos financeiros derivativos - mercado futuro

Contratos	30/06/2026		31/12/2025	
	Hedge	Não hedge	Hedge	Não hedge
Moeda:				
Comprado	-	747.476	-	1.464.370
Vendido	-	(1.623.430)	-	(705.958)
Líquido valor referencial	-	(875.954)	-	758.412
Taxa de juros:				
Comprado	8.893.297	3.976.414	7.668.200	4.264.152
Vendido	(4.861.927)	(4.395.316)	(6.226.959)	(3.986.498)
Líquido valor referencial	4.031.370	(418.902)	1.441.241	277.654
Total líquido valor referencial	4.031.370	(1.294.856)	1.441.241	1.036.066

	30/06/2026			Ajuste a receber	Ajuste a pagar
	comprados	Valor dos contratos vendidos	Valor líquido		
DDI	11.723.501	(1.970.416)	9.753.085	6.398	(2.910)
DI	1.146.210	(7.286.827)	(6.140.617)	41	(10.757)
DOL	747.476	(366.245)	381.231	45	(648)
WDO	-	(1.257.185)	(1.257.185)	29	(2.167)
	13.617.187	(10.880.673)	2.736.514	6.513	(16.482)

	31/12/2025			Ajuste a receber	Ajuste a pagar
	comprados	Valor dos contratos vendidos	valor líquido		
DDI	10.726.556	(1.275.792)	9.450.764	19.975	(171.440)
DI	1.205.796	(8.937.665)	(7.731.869)	1.996	(115)
DOL	1.453.637	-	1.453.637	-	(17.611)
WDO	10.733	(705.958)	(695.225)	10.078	(35)
	13.396.722	(10.919.415)	2.477.307	32.049	(189.201)

Os valores de ajuste a receber e a pagar são liquidados em até 90 dias, junto a B3.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

e) Objetos de hedge

30/06/2026			
	Valor do custo amortizado	Ajuste de MTM	Valor contábil
Risco de taxa de juros			
Capital de giro	349.781	(1.278)	348.503
CDI	19.706	(479)	19.227
Letras financeiras	986.814	(13.809)	973.005
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.014.817	422	1.015.239
Total de risco de taxa de juros	2.371.118	(15.144)	2.355.974
Risco de moeda			
Repasse (USD)	156.538	(406)	156.132
Repasse (IEN)	4.607.112	(20.982)	4.586.130
Total de risco cambial	4.763.650	(21.388)	4.742.262

31/12/2025			
	Valor do custo amortizado	Ajuste de MTM	Valor contábil
Risco de taxa de juros			
Capital de giro	357.925	(2.002)	355.923
CDI	26.409	(569)	25.840
Nota comercial	200.732	517	201.249
Debêntures	113.971	-	113.971
Letras Financeiras	1.369.488	(3.338)	1.366.150
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.629.273	(1.160)	1.628.113
Total de risco de taxa de juros	3.697.798	(6.552)	3.691.246
Risco de moeda			
Repasse (USD)	(166.501)	611	(165.890)
Repasse (IEN)	(7.017.616)	30.577	(6.987.039)
Total de risco cambial	(7.184.117)	31.188	(7.152.929)

As Debêntures são mensuradas ao custo amortizado, conforme modelo de negócios previsto pela Resolução CMN 4.966/2021, tendo registrado seu instrumento da estrutura de hedge de risco de mercado vinculado também mensurado pelo valor de custo amortizado, conforme previsibilidade na Circular 3.082/2002 devido a característica do objeto. Apenas as debêntures incentivadas são vinculadas a hedge. Em 30 de junho de 2026 não há saldo. Em 31 de dezembro de 2025, do saldo de R\$ 512.685 (nota 5a), o montante de R\$ 113.971 é referente a debêntures incentivadas.

As Letras do Tesouro Nacional – LTN que, conforme modelo de negócios, seriam originalmente mensuradas ao valor de mercado em outros resultados abrangentes (VJORA), são mensuradas ao valor de mercado no resultado, conforme estrutura de contabilidade de hedge.

f) Operações por vencimento de câmbio, swap e forward

30/06/2026					
Ativo					
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<u>Hedge</u>					
Swap	18.225	69.581	87.532	523.018	698.356
<u>Não "hedge"</u>					
Câmbio	14.534	55	-	-	14.589
Swap	3.449	2.926	21.387	20.901	48.663
Forward	47.856	7.466	1.492	-	56.814
Total	84.064	80.028	110.411	543.919	818.422

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

30/06/2026					
Passivo					
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<i>Hedge</i>					
Câmbio	(107.579)	(150.897)	(60.169)	(239.614)	(558.259)
<i>Não "hedge"</i>					
Câmbio	(11.947)	(1)	(2.151)	-	(14.099)
Swap	-	-	(468)	(63.874)	(64.342)
Forward	(38.192)	(3.362)	(2.034)	-	(43.588)
Total	(157.718)	(154.260)	(64.822)	(303.488)	(680.288)

31/12/2025					
Ativo					
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<i>Hedge</i>					
Câmbio	4.511	3	-	-	4.514
Swap	32.760	38.131	38.332	363.138	472.361
<i>Não "hedge"</i>					
Câmbio	1.204	6	-	-	1.210
Swap	11.778	1.410	3.901	22.691	39.780
Forward	41.517	14.823	678	-	57.018
Total	91.770	54.373	42.911	385.829	574.883

31/12/2025					
Passivo					
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<i>Hedge</i>					
Câmbio	(133.799)	(20.812)	(81.011)	(186.016)	(421.638)
Swap	-	(1.126)	(368)	(448)	(1.942)
<i>Não "hedge"</i>					
Câmbio	(22.138)	-	-	-	(22.138)
Swap	(3.273)	-	-	(122.600)	(125.873)
Forward	(16.350)	(9.979)	(819)	-	(27.148)
Total	(175.560)	(31.917)	(82.198)	(309.064)	(598.739)

g) Informações complementares

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos estão representadas por títulos públicos federais e títulos privados, conforme demonstrado abaixo:

	Valor de mercado	
	30/06/2026	31/12/2025
Títulos públicos federais:		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	72.013	390.275
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.148.849	1.587.993
Títulos privados:		
Fundo Garantia em Liquidação – FLCB	51.988	48.620
Total	2.272.850	2.026.888

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

O resultado de “instrumentos financeiros derivativos” está representado abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Câmbio	(119.654)	820.836
Swap	666.398	607.956
Mercado Futuro	(841.228)	(1.749.129)
Forward	(176.212)	(109.676)
Total	(470.696)	(430.013)

Para os derivativos que estão designados na categoria hedge de risco de mercado, o Banco faz o acompanhamento da efetividade da estratégia, através de teste de efetividade. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todas as operações classificadas como hedge de risco de mercado estão com efetividade comprovada dentro do intervalo de 80% a 125%. O Banco não possui derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	30/06/2026					
Produto	Carteira	Valor do custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado (i)	Valor contábil	%	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (ii)
<u>Operações de crédito:</u>						
Empréstimos e títulos descontados	C4	887.635	(1.278)	886.357	26,89	(870)
Financiamento	C4	367.646	-	367.646	11,15	(1)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber	C4	1.443.927	-	1.443.927	43,80	(24.275)
Notas de crédito de exportação	C4	88.870	-	88.870	2,70	(337)
Títulos e créditos a receber	C3	509.686	-	509.686	15,46	(687)
Total da carteira de crédito		3.297.764	(1.278)	3.296.486	100,00	(26.170)

31/12/2025						
Produto	Carteira	Valor do custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado (i)	Valor contábil	%	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (ii)
<u>Operações de crédito:</u>						
Empréstimos e títulos descontados	C4	918.974	(2.002)	916.972	25,35	(1.057)
Financiamento	C4	860	-	860	0,03	(1)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber	C4	1.885.473	-	1.885.473	52,13	(630)
Notas de crédito de exportação	C4	106.498	-	106.498	2,94	(512)
Títulos e créditos a receber	C3	707.062	-	707.062	19,55	(1.162)
Total da carteira de crédito		3.618.867	(2.002)	3.616.865	100,00	(3.362)

- (i) Os títulos são classificados como custo amortizado e ajustados ao valor de mercado são aqueles designados a *hedge accounting*.
- (ii) Valor referente ao Estágio 1, R\$ 1.981 (R\$ 3.362 em 31 de dezembro de 2025), e Estágio 2, R\$ 24.189 (sem valores em 31 de dezembro de 2025).

No semestre findo em 30 de junho de 2026, há operações de crédito do Banco alocadas no primeiro estágio de risco de crédito, no montante de R\$ 3.192.513 (R\$ 3.616.865 em 31 de

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

dezembro de 2025) e no segundo estágio R\$ 103.973 (sem valores em 31 de dezembro de 2025).

A movimentação entre estágios está demonstrada abaixo:

	Estágio 1	Estágio 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.616.865	-	3.616.865
Transferência para estágio 2	(103.973)	103.973	-
Aquisição/ (liquidação)	(320.379)	-	(320.379)
saldo em 30 de junho de 2026	3.192.513	103.973	3.296.486

b) Concentração do total da carteira de crédito por setor de atividade

Produto	30/06/2026				
	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	160.804	1.272.734	-	10.389	1.443.927
Capital de Giro	108.274	341.812	193.638	242.633	886.357
Notas de Crédito de Exportação	-	38.850	-	50.020	88.870
Financiamento	11	367.427	-	208	367.646
Títulos e créditos a receber	-	-	509.686	-	509.686
Total	269.089	2.020.823	703.324	303.250	3.296.486

Produto	31/12/2025				
	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	254.259	1.631.214	-	-	1.885.473
Capital de Giro	55.640	387.713	233.757	239.862	916.972
Notas de Crédito de Exportação	-	54.077	-	52.421	106.498
Financiamento	350	-	-	510	860
Títulos e créditos a receber	-	-	707.062	-	707.062
Total	310.249	2.073.004	940.819	292.793	3.616.865

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	Valor do custo amortizado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	R\$	%	R\$	%
De 1 a 90 dias	1.480.400	44,91%	1.027.985	28,42%
De 91 a 365 dias	1.408.112	42,72%	2.336.746	64,61%
Acima de 365 dias	407.974	12,38%	252.134	6,97%
Total da carteira de crédito	3.296.486		3.616.865	

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

d) Concentração do risco da carteira de crédito

	<u>Valor do custo amortizado</u>			
	<u>30/06/2026</u>		<u>31/12/2025</u>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Principal devedor	160.804	4,88%	708.316	19,58%
10 maiores devedores seguintes	2.282.725	69,25%	2.030.051	56,13%
Demais devedores	852.957	25,87%	878.498	24,29%
	3.296.486		3.616.865	

e) Renegociação e renovação de operações da carteira de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco procedeu com a renegociação da data de vencimento de 108 contratos de operações de crédito (76 durante o 1º semestre de 2025), no montante total de R\$ 1.125.298 (R\$ 1.910.622 durante o 1º semestre de 2025), estendendo os seus vencimentos. A renovação foi efetuada para atender e facilitar o processo operacional e/ou de fluxo de caixa dos nossos clientes. Das operações renovadas no primeiro semestre de 2026, 42 contratos, no montante de R\$ 1.028.562, permanecem vigentes. Nos períodos de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve reestruturação de operações. Adicionalmente, as operações renegociadas estão nos Estágios 1 e 2, impactando a apuração da provisão para perdas esperadas, principalmente em razão das operações classificadas no Estágio 2.

8. Outros ativos diversos

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Devedores por depósito de transações financeiras entres parte ligadas (i)	702.222	613.710
Adiantamentos e antecipações salariais	1.299	187
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito	14.075	-
Outros	15	134
Total circulante	717.611	614.031
Devedores por depósito em garantia (substancialmente 13b)	126.660	113.560
Total realizável a longo prazo	126.660	113.560
Total	844.271	727.591

(i) Valores referentes a depósitos dados em garantia em operações com derivativos junto à matriz (nota 16).

9. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo

	<u>30/06/2026</u>				
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias (i)</u>	<u>Total</u>
Depósitos à vista	96.488	-	-	-	96.488
Depósitos interfinanceiros	-	70.575	-	-	70.575
Depósitos a prazo	-	828.153	1.351.739	498.301	2.678.193
Total	96.488	898.728	1.351.739	498.301	2.845.256

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias (i)	Total
Depósitos à vista	40.663	-	-	-	40.663
Depósitos interfinanceiros	-	111.909	-	-	111.909
Depósitos a prazo	-	553.876	1.556.047	374.200	2.484.123
Total	40.663	665.785	1.556.047	374.200	2.636.695

(i) Em 30 de junho de 2026, do montante demonstrado como acima de 365 dias, o saldo de R\$ 498.201 apresenta cláusula de liquidez diária (R\$ 374.200 para 31 de dezembro de 2025).

b) Concentração

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores	1.800.526	63,28	1.633.177	61,94
50 maiores credores seguintes	1.014.797	35,67	979.125	37,13
Demais credores	29.933	1,05	24.393	0,93
Total da carteira	2.845.256	100,00	2.636.695	100,00

O resultado com captações de depósitos no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi R\$ 144.345 (R\$ 157.969, em 30 de junho de 2025). No semestre findo em 30 de junho de 2026, houve despesa para o Fundo Garantidor de Créditos, contribuição ordinária, no montante de R\$ 1.350 (R\$ 1.623, em 30 de junho de 2025).

10. Captações no mercado aberto

Lastro para venda com compromisso de recompra	30/06/2026			31/12/2025		
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total
Debêntures	86.187	-	86.187	193.597	-	193.597
Letras financeiras	1.620.686	-	1.620.686	1.814.541	-	1.814.541
Letras Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	52.019	-	52.019
Compromissada CCB	93.802	14.340	108.142	98.812	16.767	115.579
Total da carteira própria	1.800.675	14.340	1.815.015	2.158.969	16.767	2.175.736
Total da carteira	1.800.675	14.340	1.815.015	2.158.969	16.767	2.175.736

O resultado com captações no mercado aberto no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi R\$ 121.369 (R\$ 174.318, em 30 de junho de 2025).

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

11. Obrigações por empréstimos

	30/06/2026			31/12/2025		
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total
Operações em USD	986.895	1.021.074	2.007.969	611.733	1.528.263	2.139.996
Operações em JPY	4.315.818	1.489.113	5.804.931	5.056.793	1.243.818	6.300.611
Operações em EUR	1.246	30.784	32.030	26.018	65.376	91.394
Total	5.303.959	2.540.971	7.844.930	5.694.544	2.837.457	8.532.001

As operações de empréstimos do exterior são mensuradas ao custo amortizado e ajustadas ao valor de mercado uma vez que são designadas a *hedge* de risco de mercado. No semestre findo em 30 de junho de 2026 o valor de marcação a mercado destas operações é de (R\$ 21.388) (R\$ 31.388 em 31 de dezembro de 2025) (nota 6e). O resultado com obrigações por empréstimos e a variação cambial desta modalidade estão representados, conforme abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de juros em captação	(79.295)	(62.061)
Marcação a mercado em captação	(9.801)	12.426
Total	(89.096)	(49.635)
Variação cambial	816.267	484.045
Total	816.267	484.045

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

12. Obrigações fiscais correntes

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda e contribuições social correntes	33.736	29.498
Impostos sobre salários e retidos sobre serviços de terceiros	2.414	2.740
ISS, PIS e COFINS	890	2.060
Imposto sobre juros sobre capital próprio	-	13.059
Outros impostos a recolher	2.336	8.039
Total circulante	39.376	55.396

13. Outras obrigações

a) Outras obrigações diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Despesas administrativas	9.066	11.002
Despesas de pessoal	22.524	22.996
Obrigações em moeda estrangeira	48.039	37.726
Credores diversos	959	895
Total circulante	80.588	72.619

b) Provisões para contingência

	30/06/2026	31/12/2025
Processos trabalhistas (i)	13	3.602
Contingências fiscais	204.620	196.440
Contingências cíveis	9.889	9.441
Total não circulante	214.522	209.483

- (i) Existem depósitos judiciais de R\$ 13 em 30 de junho de 2026 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2025) para as causas trabalhistas.

As provisões de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, e os respectivos depósitos judiciais, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, estão constituídos pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostos como segue:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósito	Provisão	Depósito
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	174.499	53.566	170.176	51.990
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (i) (ii)	14.143	49.274	11.539	38.707
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) (i)	5.038	9.374	4.111	9.152
Programa de Integração Social (PIS) (i)	9.759	13.507	9.462	12.844
Outros	1.181	711	1.152	693
Total das provisões	204.620	126.432	196.440	113.386

- (i) Referente aos depósitos de IRPJ, CSLL e PIS, há mais depósitos do que provisão, pois o depósito é efetuado conforme determinação judicial para o ingresso com as discussões, enquanto a provisão é efetuada conforme a classificação de risco sobre os processos.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

- (ii) Houve um novo depósito judicial, referente a discussão de IRPJ relacionada a Anistia veiculada pela MP nº 38/2002. O processo consta com prognóstico de perda possível (13c).

Os processos estão majoritariamente baseados nas seguintes questões:

- (1) COFINS – a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição.
- (2) IRPJ – a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 30 de junho de 2026, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda.
- (3) CSLL – a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução CSLL, a provisão de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL.
- (4) PIS – a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 30 de junho de 2026, estes processos referiam-se à gestão de fundos de investimentos no valor de R\$ 445 (R\$ 426 em 31 de dezembro de 2025), trabalhistas no valor de R\$ 1.340 (R\$ 808 em 31 de dezembro de 2025) e fiscais, no valor de R\$ 28.176 (R\$ 25.321 em 31 de dezembro de 2025).

Em relação aos processos de PIS e COFINS mencionados na nota 13b (1) e (4), em recente decisão do STF, por meio de Repercussão Geral, foi fixada a tese de que incidem as contribuições sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Em 30 de junho de 2026, o valor relacionado a eventuais multas e encargos legais, não provisionados por se tratarem de exigibilidade suspensa, conforme previsto no art. 63 da Lei 9.430/1996 é de R\$ 49.897 (R\$ 49.053 em 31 de dezembro de 2025).

d) Movimentação das contingências

	Saldo inicial 31/12/2025	Constituição e atualização monetária	Pagamentos	Reversão	Saldo final 30/06/2026
Provisão para contingências fiscais	196.440	8.180	-	-	204.620
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	11.539	2.604	-	-	14.143
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	4.111	927	-	-	5.038
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	170.176	4.323	-	-	174.499
Programa de Integração Social (PIS)	9.462	297	-	-	9.759
Outros	1.152	29	-	-	1.181
Provisão para passivos contingentes	13.043	546	(60)	(3.627)	9.902
Processos trabalhistas	3.602	38	-	(3.627)	13
Processos cíveis	9.441	508	(60)	-	9.889

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	Saldo inicial 31/12/2024	Constituição e atualização monetária	Pagamentos	Reversão	Saldo final 30/06/2025
Provisão para riscos fiscais	217.041	4.381	(30.082)	-	191.340
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	11.060	221	-	-	11.281
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.939	80	-	-	4.019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	161.926	3.812	-	-	165.738
Programa de Integração Social (PIS)	8.938	242	-	-	9.180
Imposto sobre serviços (ISS)	30.082	-	(30.082)	-	-
Outros	1.096	26	-	-	1.122
Provisão para passivos contingentes	12.396	574	(169)	-	12.801
Processos trabalhistas	3.768	67	(169)	-	3.666
Expurgos inflacionários	8.628	507	-	-	9.135

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 802.539, dividido em 2.135.229 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No semestre findo em 30 de junho de 2026 não foram deliberados valores. Os juros sobre capital próprio líquidos deliberados em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 91.412, foram pagos em janeiro de 2026.

c) Outros resultados abrangentes

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos valor justo em outros resultados abrangentes é de R\$ 490, vide nota explicativa 5b, e o saldo de risco de crédito próprio é R\$ 17 (R\$ 567 e R\$ 14, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

d) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

e) Reserva Especial de Lucros

Em 30 de junho de 2026, o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R\$ 442.860 (R\$ 442.860 em 31 de dezembro de 2025).

15. Ativo e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2026, o Banco possuía o montante de R\$ 135.670 (R\$ 144.335 em 31 de dezembro de 2025) registrados em ativo fiscal diferido e o montante de R\$ 162.174 (R\$ 179.624 em 31 de dezembro de 2025) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses saldos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização.

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026			30/06/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	83.789	83.789	83.789	129.259	129.259	129.259
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3i	(20.947)	(16.758)	(37.705)	(32.315)	(25.852)	(58.167)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(16.340)	(13.490)	(29.830)	(8.124)	(7.559)	(15.683)
Participação dos empregados no lucro	(480)	(384)	(864)	(424)	(340)	(764)
provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.320)	(4.256)	(9.576)	(321)	(256)	(577)
Ajustes de marcação a mercado	(9.542)	(7.633)	(17.175)	(14.719)	(11.776)	(26.495)
Outras adições e exclusões temporárias	239	157	396	8.128	6.466	14.594
Rendimentos operações Lei 12.431 (sujeitos a CSLL)	480	-	480	1.325	-	1.325
Receitas e despesas não tributáveis	1.478	1.182	2.660	-	-	-
Juros não dedutíveis	(3.195)	(2.556)	(5.751)	(2.093)	(1.673)	(3.766)
Compensação de prejuízo fiscal	10.983	7.972	18.955	11.543	10.029	21.572
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.304)	(22.276)	(48.580)	(28.897)	(23.382)	(52.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.443	3.569	7.012	(4.364)	(4.287)	(8.651)

b) Demonstração dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas de PIS, COFINS, imposto de renda e contribuição social

	Saldo inicial 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo final 30/06/2026
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.980	9.575	-	13.555
Provisão para contingências judiciais	87.373	3.681	-	91.054
Provisão para contingências diversas	5.870	-	(154)	5.716
Outras provisões	2.788	-	(1.595)	1.193
Provisões para PLR e gratificações	7.882	6.663	(7.882)	6.663
Prejuízo fiscal e base negativa	36.442	-	(18.953)	17.489
Total dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	144.335	19.919	(28.584)	135.670
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(136.132)	-	17.177	(118.955)
Atualização depósitos judiciais	(25.607)	(1.500)	-	(27.107)

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social – resultado	(161.739)	(1.500)	17.177	(146.062)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(428)	62		(366)
Ajuste Risco de crédito próprio – patrimônio líquido	(12)	(2)		(14)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social – patrimônio líquido	(440)	60	-	(380)
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(14.749)	-	1.862	(12.887)
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS - resultado	(2.646)	(156)	-	(2.802)
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - patrimônio líquido	(50)	-	7	(43)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(179.624)	(1.596)	19.045	(162.174)

	Saldo 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo final 30/06/2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.464	423	-	2.887
Provisão para contingências judiciais	96.644	-	(11.566)	85.078
Provisão para contingências diversas	6.637	-	(876)	5.761
Outras provisões	8.690	-	(468)	8.222
Provisões para PLR e gratificações	1.142	14		1.156
Prejuízo fiscal e base negativa	61.728	-	(21.572)	40.156
Total dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa	177.305	437	(34.482)	143.260
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – resultado	(157.774)	-	26.374	(131.400)
Atualização depósitos judiciais	(22.781)	(1.306)	-	(24.087)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social – resultado	(180.555)	(1.306)	26.374	(155.487)
Ajuste Risco de crédito próprio – patrimônio líquido	-	(7)	-	(7)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social – patrimônio líquido	-	(7)	-	(7)
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(17.097)	-	2.859	(14.238)
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(2.354)	(135)		(2.489)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(200.006)	(1.448)	29.233	(172.221)

Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2026, o valor presente dos ativos fiscais diferidos líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional, era R\$ (38.863) (R\$45.753) em 31 de

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

dezembro de 2025).

Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

Ativos fiscais diferidos:

	30/06/2026	31/12/2025
2026	12.619	12.881
2027	73.816	64.084
2028	11.167	23.592
2029	10.092	15.965
2030 a 2035	27.976	27.813
Total	135.670	144.335

Passivos fiscais diferidos:

	30/06/2026	31/12/2025
2026	(132.266)	(151.371)
2027	(25.847)	(24.416)
2029	(4.061)	(3.837)
Total	(162.174)	(179.624)

16. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de Funcionários-Chaves e Administradores

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	24.304	22.104
Previdência privada	318	285

A remuneração dos funcionários-chaves e administradores está consistente com a conjuntura econômica atual e o Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. A remuneração está representada pelos valores efetivamente pagos no semestre.

b) Transações com outras partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e aos prazos, e estão sumariadas como segue:

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	2026		2025	
	30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	39.695	-	4.223	-
Mizuho Bank, Ltd. – Tokyo	3.359	-	3.697	-
Mizuho Bank, Ltd. – London	36.336	-	526	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	432	265.764	1.044
Mizuho Bank, Ltd. – New York	-	432	265.764	1.044
Instrumentos financeiros derivativos	14.234	(101.275)	4.648	(22.504)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	6.299	(67.528)	72	39.534
Mizuho Bank, Ltd. – London	7.935	4.013	4.576	(89.854)
Mizuho Capital Markets	-	(37.785)	-	27.816
Mizuho Fundo de Investimento Multimercado	-	25	-	-
Rendas com prestação de serviços no exterior	5.140	30.103	1.933	45.249
Mizuho Bank, Ltd. - New York	-	17.839	1.933	28.782
Mizuho Capital Markets	5.140	12.264	-	16.467
Depósitos em garantia	702.222	1.915	613.710	190
Mizuho Bank, Ltd. – Tokyo	675.793	1.847	594.292	189
Mizuho Capital Markets	26.429	68	19.418	1
Obrigações por empréstimos do exterior	(6.887.306)	(70.729)	(7.514.052)	(54.738)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(6.887.306)	(70.729)	(7.514.052)	(54.738)
Instrumentos financeiros derivativos	(572.273)	(208.832)	(442.393)	413.669
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(22.193)	20.954	(15.686)	(82.450)
Mizuho Bank, Ltd. - London	(522.162)	(264.003)	(408.558)	491.562
Mizuho Capital Markets	(27.916)	34.028	(18.149)	4.425
Mizuho Fundo de Investimento Multimercado	(2)	189	-	132
Obrigações diversas	(3.239)	(2.586)	(5.085)	(4.810)
Mizuho Bank, Ltd. - New York	(3.239)	(2.586)	(5.085)	(13)
Mizuho Capital Markets	-	-	-	(4.797)

17. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço:
www.mizuhogroup.com/americas/brazil/financial/risk.

a) Risco de crédito

O objetivo do Banco Mizuho do Brasil S.A. é assegurar a solidez de seus ativos, concedendo limites de crédito em conformidade com os rigorosos padrões de avaliação de risco estabelecidos por sua Matriz. O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento, por parte da contraparte, das obrigações assumidas com o Banco. As áreas responsáveis pela análise de crédito (Portfolio Management) e pelo monitoramento de riscos (Risk Management) atuam de forma independente entre si. Além disso, a área de monitoramento de risco é segregada da área comercial do Banco, reportando-se diretamente ao *Chief Risk Officer* (CRO). No processo de análise de crédito das contrapartes são avaliados fatores como é a situação econômico-financeira histórica, atual e projetada; a capacidade de geração de fluxo de caixa; o nível de alavancagem e o perfil de endividamento; a qualidade dos ativos; o setor de atuação; o ambiente competitivo; eventuais

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

dependências econômicas; a gestão e a estrutura societária; e a integração e suporte do grupo, entre outros aspectos relevantes.

Estes fatores são essenciais para poder se determinar e classificar adequadamente o risco de crédito da contraparte, além de propor estruturas e instrumentos de mitigação que garantem um nível de risco aceitável para a carteira de crédito do Banco. Isso ocorre em alinhamento com o apetite de risco (RAS) da instituição, as políticas do Grupo Mizuho e as regulamentações do Banco Central do Brasil. O cumprimento da Resolução CMN nº 4.677, que define os limites máximos de exposição por cliente e de concentrações de exposição, é acompanhado e monitorado diariamente pelo Banco. Ademais, são aplicados parâmetros ainda mais conservadores do que os exigidos pelo órgão regulador. Os limites de crédito concedidos aos clientes, assim como as operações desembolsadas, são monitorados continuamente durante toda sua vigência. As áreas de Portfolio Management, Front Office e Risk Management compartilham a responsabilidade pelo acompanhamento permanente da saúde financeira das contrapartes. Além disso, a área de Risk Management é responsável por alimentar e monitorar os sistemas de gerenciamento de risco. Cabe a ela identificar e reportar excessos, irregularidades no limite de crédito ou violações de *covenants* às respectivas autoridades de risco de crédito, à área comercial, e à diretoria do Banco.

b) Risco de liquidez

O departamento de Gestão de Riscos também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que podem resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o Liquidity Stress Test que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de 2 semanas, 30 dias, 60 dias e 90 dias. O Liquidity Stress Test é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do Liquidity Stress Test são propostos pela Matriz e revisados anualmente.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados a mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Com relação aos passivos sem vencimento determinado, 20% da carteira é considerado como imediatamente exigido e sem renovação. A liquidez do Banco é monitorada diariamente pelo departamento de Gestão de Riscos e o acompanhamento é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que reúne-se mensalmente. Além disso, o Banco conta com um plano de contingência aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise.

Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com essa política, o *Back-Office* monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intra-dia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior.

Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos internamente pelo Banco, aprovados pela Diretoria e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco.

b) Risco operacional

A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 4.557, do Conselho Monetário Nacional, de 23 de fevereiro de 2017, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos seus produtos e serviços oferecidos. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria de Riscos. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e autoavaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis do Banco. Treinamentos específicos são periodicamente oferecidos, visando à disseminação e ao fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional.

c) Risco de mercado

O departamento de Gestão de Riscos monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas:

- **FX Exposure:** Exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

- Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: Métrica que mensura o impacto nos preços dos ativos devido a variação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras.
- Exposição de Vega para opções de dólar: Medida de risco de opções que representa o impacto nos prêmios das opções com relação a oscilação na volatilidade do ativo objeto.

O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios do Banco. Valores indicativos das exposições a risco de mercado intra-diário são calculados no mínimo três vezes durante o dia pelo departamento de Gestão de Riscos. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. Um representante qualificado da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários para o Teste de Estresse. Os modelos contemplam análises de cenários projetados em um evento de crise financeira para as principais cotações de moedas e taxas de juros, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado.

d) Risco de tecnologia da Informação

Os riscos de tecnologia da informação, que inclui riscos cibernéticos, são identificados, controlados e monitorados e reportados adequadamente.

O principal objetivo da segurança cibernética é garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas.

O Banco entende que a mitigação de riscos de ataques cibernéticos depende da rápida detecção de ameaças através de constantes monitoramentos, controles e treinamentos, além de política de segurança cibernética e procedimento de resposta a incidentes para obter uma rápida resolução pós identificação do ataque.

O Banco possui sistemas para proteção em diversos níveis da infraestrutura e, também, executa os procedimentos para manter o ambiente controlado e seguro, compatíveis com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição, bem como adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos da instituição e a sensibilidade de dados e das informações sob sua responsabilidade.

e) Análise de Sensibilidade

- Riscos de mercado

Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação de suas metodologias de cálculos conforme definido em duas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

- **Cenário 1:** choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- **Cenário 2:** choque de +100bps e -100bps nas curvas de juros e 5% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- **Cenário 3:** choque de +200bps e -200bps nas curvas de juros e 10% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Fatores de Risco	Exposições sujeitas à	Efeito bruto no resultado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em Reais	Variação de taxas de juros pré-fixadas	(29)	(295)	(589)
Cupom de Dólar	Variação da taxa de cupom de Dólar	(83)	(834)	(1667)
Cupom de outras moedas	Variação das taxas de cupons de moedas estrangeiras	(11)	(114)	(228)
Moeda estrangeira	Variação cambial	(24)	(119)	(237)

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda apurada para cada um dos cenários em milhares de Reais.

18. Outras informações

(a) Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

As garantias financeiras prestadas montam R\$ 356.774 (R\$ 191.147 em 31 de dezembro de 2025), as quais estão sujeitas a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários e estão contabilizadas em contas de compensação.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valores Garantidos	Perda esperada	Valores Garantidos	Perda esperada
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.264	4	1.344	4
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	-	-	64	1
Aval ou fiança em processos judiciais	13.342	46	13.342	39
Outras fianças bancárias	242.168	835	176.397	520
Total de valores garantidos e perdas esperadas com garantias financeiras prestadas	256.774	885	191.147	564
Compromisso de crédito	100.000	54	-	-
Total das garantias	356.774	939	191.147	564

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

prestada.

(b) Receitas de Prestação de Serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de tarifas bancárias	6	9
Rendas de outros serviços (i)	30.677	46.615
Rendas de garantias prestadas	403	973
Total	31.086	47.597

- (i) Representado substancialmente por rendas de serviços prestados para outras localidades do Grupo Mizuho, cuja precificação segue as normas brasileiras de Preços de Transferência, Instrução Normativa 2.161/2023 da Receita Federal do Brasil. (Nota 16b) com Mizuho Bank, Ltd. - New York e Mizuho Capital Market, no valor, respectivamente, de R\$ 17.839 e 12.264 (R\$ 28.782 e R\$ 16.467 em 30 de junho e 2025).

(c) Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	(36.256)	(34.713)
Encargos sociais	(11.479)	(10.942)
Benefícios	(4.258)	(4.020)
Total	(51.993)	(49.675)

(d) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de aluguéis	(2.028)	(1.750)
Despesas de comunicações	(438)	(691)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(130)	(163)
Despesas de processamento de dados	(13.679)	(11.636)
Despesas de promoções e relações públicas	(83)	(218)
Despesas do serviço do sistema financeiro	(5.117)	(4.277)
Despesas de serviços de terceiros	(719)	(540)
Despesas de serviços técnicos especializados	(3.560)	(8.986)
Despesas de transporte	(113)	(66)
Despesas de viagens ao exterior	(523)	(312)
Despesas de viagens no país	(23)	(16)
Despesas com multa e juros sobre pagamento de impostos (i)	-	(8.164)
Despesas de depreciação	(603)	(591)
Despesas de amortização	(19)	(81)
Outras	(1.121)	(1.517)
Total	(28.156)	(39.008)

- (i) Representado substancialmente pela adoção do REFIS para pagamento dos impostos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o processo de desmutualização da Bovespa.

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

(e) Outras receitas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Atualização de depósitos judiciais	3.705	3.237
Reversão de contingências trabalhistas	3.627	-
Recuperação de encargos e despesas	117	1.010
Dividendos	1.413	1.485
Outras	189	682
Total	9.051	6.414

(f) Outras despesas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Atualização de contingências	(8.726)	(4.955)
Despesas de comissões (i)	(2.586)	(4.797)
Despesas de banqueiro no exterior	(705)	(918)
Outras	(58)	(25)
Total	(12.075)	(10.695)

(i) Comissões referentes à estruturação de operações junto à matriz, referente a estrutura de transferência de risco de crédito, conforme gestão de risco, descrita na Nota 17.

(g) Variação cambial

	30/06/2026	30/06/2025
Variação cambial de disponibilidades	(1.327)	(16.894)
Variação cambial de derivativos ativos e passivos	(525.661)	(376.695)
Variação cambial de operações de crédito	(7.161)	-
Variação cambial de outros créditos ativos	(34.816)	(21.512)
Variação cambial de empréstimos exterior (nota 11)	816.267	484.045
Total	247.302	68.944

(h) Operações ativas vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução CMN 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

	30/06/2026		30/06/2025	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
Operações ativas vinculadas				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7a)	1.238.964	38.953	1.178.604	26.808
Nota de Crédito à Exportação (nota 7a)	362.427	5.000	-	-
Obrigações por operações ativas vinculadas				
obrigações por empréstimos no exterior (nota 11)	1.601.391	(42.935)	1.178.604	(26.070)
Resultado líquido das operações vinculadas		1.018		738

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

19. Índice de Basileia

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 03 de janeiro de 2022. O Índice de Basileia (IB) para 30 de junho de 2026 é de 21,26% (21,45% em 31 de dezembro de 2025), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.178.685
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	3.934.454
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAm pad)	851.632
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	1.392.599
Capital mínimo para cobertura do RWA	278.041
Capital mínimo requerido pelo Adicional de Capital Principal (ACP)	154.467
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	72.005
Total do Patrimônio de Referência requerido	566.299
Patrimônio de Referência	1.313.305
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	819.010
Índice de Capital Principal (ICP)	21,26%
Índice de PR Nível I (IN1)	21,26%
Índice de Basileia (IB)	21,26%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	18,55%

A Instituição utiliza instrumentos de transferência de riscos, nos quais mitiga a exposição de crédito, reduzindo o Ativo Ponderado ao Risco por meio de instrumentos mitigadores de risco.

20. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução CMN Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. Conforme dados divulgados do PIB do Brasil em maio de 2025, o Banco enquadrou-se nas regras do segmento S3 pelo terceiro semestre consecutivo resultando em sua qualificação para o segundo semestre de 2025.

O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê Executivo (EC). As principais responsabilidades do EC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital do Banco; e, Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e as exigências regulatórias.

Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em

Banco Mizuho do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: <https://www.mizuhogroup.com/americas/brazil/financial-home>

21. Resultado recorrente e não recorrente

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/2020:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido	40.301	66.632
Dividendos CIP (nota 18e)	1.413	1.485
Lucro Líquido recorrente do exercício	38.888	65.147

22. Outros assuntos

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. Dentre outros aspectos, dispõe sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, que estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto bem como definiu as alíquotas progressivas para o período de 2027 a 2033.

O Banco está acompanhando as legislações já divulgadas e a evolução das regulamentações para concluir a análise dos impactos em sistemas e processos. Até o momento, considerando o estágio atual de implementação da Reforma Tributária, não é possível mensurar com precisão os impactos destas alterações.